

Regra muda e Brasil perde

Wilson Pedrosa 11/04/86

SÃO PAULO — A mudan-

ça de regras da conversão da dívida externa em investimentos representa uma perda para o Brasil, que abre mão do direito de discutir o deságio e provoca com essa atitude a aceleração no processo do pagamento do principal. O resultado desse mecanismo será o aumento das pressões sobre a política monetária, em razão da elevação do endividamento do Estado, tornando difíceis os ajustes da economia.



Gonzaga Belluzzo

A análise é do economista Luiz Gonzaga Belluzzo — um dos principais assessores de Dílson Funaro na época em que este era o ministro da Fazenda —, ao falar no Seminário das estatais do estado de São Paulo. Ele afirmou que uma conversão sem regras significará aumento da dívida pública. “Sem regras, o mercado pode conseguir 50% de deságio na conversão mas quando chega ao país, essa negociação entra com valor de face, ou seja, quem vai pagar a diferença será o país, através dos títulos do governo”, analisou Belluzzo.

O economista entende que o ministro Maílson da Nóbrega precipitou-se ao acenar para os credores com um acordo nos moldes tradicionais. “Gestos de boa vontade ou má vontade não resolverão o problema da dívida externa”, afirmou Belluzzo. Ele se baseia num recente arti-

go do jornal *International Herald Tribune*, segundo o qual levantamentos mostram que, cada vez que os bancos fazem novos financiamentos aos países endividados acabam sendo prejudicados: o valor da dívida cai nos Estados Unidos, seguindo o mesmo caminho das ações das instituições credoras. Ou seja, não é que os bancos credores não queiram fazer o acordo no esquema convencional, simplesmente não podem, devido às dificuldades que isso criaria nos Estados Unidos.

Segundo Belluzzo, é o que explica a atitude do então ministro Dílson Funaro ao convencer o presidente Sarney a decretar a moratória no início do ano passado, porque só assim o país teria condições de fazer um acordo que não o prejudicasse, como está ocorrendo. Ele condena a atual prática imposta ao Brasil, que precisa gerar superávits de 12 bilhões de dólares para fazer frente a seus compromissos relativos à dívida externa: “Isso é péssimo para a dívida interna, provocando aumento da inflação”.

Para Belluzzo, o problema do governo, hoje, não é tirar a URP ou implantar uma política de reajuste trimestral para preços e salários, mas resolver a questão do estoque da dívida pública, que é o principal fator de pressão sobre as finanças das empresas. O modelo correto, segundo ele, seria um sistema que obtivesse fontes de financiamento sem passar pela dívida externa, possibilitando uma razoável estrutura de fluxo de pagamento das empresas estatais, como era a idéia do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), criado na gestão Funaro.